



Caderno de Provas

CREA 06 – NS

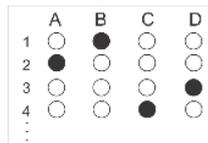
ASSESSOR TÉCNICO

**Editais Nº. 001/2024 –
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO RIO GRANDE DO NORTE – CREA/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue as **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o **Caderno de Provas**.
- Este **Caderno de Provas** contém 40 questões de múltipla escolha, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica, 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos e 2 (duas) questões discursivas de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Disciplina	Número de questões	Pontos por questão
Língua Portuguesa	10 questões (objetivas)	2 pontos por questão
Lógica	10 questões (objetivas)	2 pontos por questão
Conhecimentos específicos	20 questões (objetivas)	3 pontos por questão
Conhecimentos específicos	02 questões (discursivas)	50 pontos por questão
TOTAL DA PROVA	42 questões	

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido abaixo.

Letramento informacional: como sobreviver à internet

Fernanda Oliveto

Era 1917, duas meninas criativas e talentosas, Elsie e a prima Frances Griffiths, em Bradford, Inglaterra, criaram uma *fake news* tão aparentemente real que chegaram a enganar o grande Arthur Conan Doyle. Ele escreveu um livro sobre o caso (The coming of the fairies) e produziu artigos para revistas, entre os quais Fairies photographed e Strand Magazine.

Tratava-se de fotos que registravam encontros das meninas com fadinhas encantadas. O caso ficou conhecido como as Fadas de Cottingley. Apenas na década de 1980, o editor do British Journal of Photography à época, Geoffrey Crawley, pôs fim à questão, provando que as fadas eram de papel e estavam suspensas por fios.

Eis uma prova evidente do poder de manipulação da verdade. Nas mãos das primas inglesas, o caso tomou ares pitorescos, até pela ingenuidade da invenção. Mas o que poderia ter acontecido se, em vez de fadas, fosse algo menos lúdico, com viés acusatório, para prejuízo de alguém? Afinal, é relativamente fácil modificar dados, maquiá-los e utilizá-los para finalidades diversas. Hoje, com a internet, assistimos, quase que impotentes, à proliferação de notícias falsas e golpes de todo tipo.

A era da informação trouxe o progresso para vários setores mas também trouxe bruxas no lugar de fadas. Diante do avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), é preciso discutir, a partir de um olhar crítico, cauteloso e não negativista, as possibilidades de enfrentamento dos riscos a que a sociedade está sujeita, de modo especial as crianças, por serem mais vulneráveis.

A fim de lidar com as *fakes news* e com a exposição de dados pessoais, a educação sustenta-se como a melhor estratégia para estimular o pensamento dialógico e crítico e desenvolver competências em letramento informacional. Kelley Gasque, pesquisadora do tema e professora da Universidade de Brasília (UnB), define letramento informacional como o processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas. Segundo a autora, o letramento informacional capacita os aprendizes para a busca e o uso da informação de maneira eficiente e eficaz.

Uma das lições que a pandemia de covid-19 trouxe foi a iminência de serem desenvolvidas competências informacionais para a sobrevivência no mundo hiperconectado. Para que isso ocorra, e não será algo tempestivo, mas em longo prazo, o letramento informacional deve ser um conteúdo obrigatório nos planos de curso desde a infância.

Com a inserção de questões como comportamento informacional, identificação de fontes confiáveis, navegação segura, proteção de dados e informações pessoais, a criança em formação aprenderá um verdadeiro protocolo para a navegação defensiva, ou seja, a navegar na *internet*, realizar buscas por informações, flunar por páginas de sites diversos, fazer compras em lojas de e-comércio, participar de redes sociais, ir a consultas remotas, pagar contas em bancos virtuais e fazer todo tipo de procedimento possível através da rede.

Agindo com cautela, de maneira defensiva, a sociedade conseguirá ter mais liberdade para fazer escolhas virtuais sem que, para isso, tenha de pagar o preço alto de ter sua vida exposta ou sua conta zerada por algum *hacker*. A capacidade de agir com criticidade diante do bombardeio de informações a que somos expostos diariamente é um dos alicerces do letramento informacional. Com esse objetivo, pretende-se que a sociedade desenvolva uma postura reflexiva e crítica e seja incentivada, desde a idade escolar, a agir de forma consciente de sua posição no mundo globalizado. Entretanto, há muito o que se fazer, em especial no Brasil, para que o letramento informacional seja uma realidade para a população e consiga colher os frutos almejados com o amadurecimento e a implementação da proposta.

As seduções das TICs são muitas e apelam para todos os sentidos — sobretudo o visual. Não só palavras, mas também imagens são manipuladas para apresentar uma verdade forjada (lembram-se das fadas?), cuja intenção é ludibriar e conservar o interesse de uma minoria cujos interesses são manter seu domínio econômico e político.

O letramento informacional sustenta-se como uma das formações mais relevantes no momento, pois, sem ele, vive-se à margem de tudo, das questões políticas, da defesa dos direitos, da proteção à própria vida, da conservação da biodiversidade, entre outros temas relevantes dos quais ficará alijado. Nesse contexto, o letramento informacional é, portanto, uma ferramenta para a cidadania, um instrumento que dota o ser da

capacidade de se nutrir da informação da melhor forma possível. Além disso, promove a construção do conhecimento e exercita a indagação, o aprendizado e o posicionamento do ser no contexto em que vive.

Agir assim é ser protagonista da própria história, é exercer, em plenitude, a cidadania. O futuro está traçado em *bytes*, *megabytes*, de forma que não é possível fugir da tecnologia, até porque ela traz inúmeras vantagens e perspectivas interessantes para todas as áreas do conhecimento. O desafio é conviver com as dicotomias da tecnologia, dotando-se de competências para reconhecer e, se não debelar, minimizar os prejuízos.

Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 04 abr. 2024. [texto adaptado]

01. O texto, de forma dominante,

- A) relata acontecimentos que justificam a necessidade de as pessoas receberem uma educação capaz de desenvolver o senso crítico dos leitores.
- B) explicita aspectos que reforçam tão somente o lado negativo da chamada era da informação e as implicações desses aspectos na vida das pessoas.
- C) explica a importância do letramento informacional como ferramenta necessária para que as pessoas possam desenvolver um senso crítico ao lidarem com as informações.
- D) critica negativamente os sistemas educacionais por não se preocuparem com uma formação que privilegie o letramento informacional.

02. De acordo com o texto,

- A) a era da informação apresenta aspectos positivos e negativos para a sociedade.
- B) o poder de manipulação da verdade é uma característica exclusiva deste século.
- C) o Brasil tem demonstrado ações satisfatórias na direção do letramento informacional.
- D) a atitude crítica diante da multiplicidade de informações é a única base do letramento informacional.

03. Sobre os dois primeiros parágrafos, é correto afirmar que eles apresentam

- A) exclusivamente o tipo narrativo.
- B) exclusivamente o tipo descritivo.
- C) o tipo narrativo como dominante, o que é sinalizado pelo uso de verbos no pretérito perfeito.
- D) o tipo descritivo como dominante, pois o primeiro inicia com um verbo no pretérito imperfeito.

04. No quinto parágrafo, além da voz do autor, há

- A) tão somente outra voz, sob forma de citação direta, nas duas ocorrências, que refuta o pensamento desenvolvido no texto.
- B) tão somente outra voz, sob forma de citação indireta, nas duas ocorrências, que reforça o pensamento desenvolvido no texto.
- C) outras duas vozes, a primeira sob forma de citação indireta, e a segunda sob forma híbrida; ambas reforçam o pensamento desenvolvido no texto.
- D) outras duas vozes, a primeira sob forma híbrida, e a segunda sob forma de citação indireta; ambas refutam o pensamento desenvolvido no texto.

05. Considere o período a seguir.

A capacidade de agir com criticidade diante do bombardeio de informações a que somos expostos diariamente é um dos alicerces do letramento informacional.

A palavra “a” antes do “que” é classificada como

- A) artigo e sua ocorrência, nesse período, é justificada pela regência do nome “expostos”.
- B) artigo e sua ocorrência, nesse período, é justificada pela regência do nome “informações”.
- C) preposição e sua ocorrência, nesse período, é justificada pela regência do nome “expostos”.
- D) preposição e sua ocorrência, nesse período, é justificada pela regência do nome “informações”.

As questões 06 e 07 referem-se ao trecho a seguir.

Com esse objetivo, pretende-se que a sociedade desenvolva uma postura reflexiva e crítica e seja incentivada, desde a idade escolar, a agir de forma consciente de sua posição no mundo globalizado. Entretanto, há muito o que se fazer, em especial no Brasil, para que o letramento informacional seja uma realidade para a população e consiga colher os frutos almejados com o amadurecimento e a implementação da proposta.

06. Sobre a organização do trecho, os dois períodos que o compõem estão interligados por um elemento linguístico que estabelece relação de

- A) conclusão; o segundo período apresenta orações interligadas por elementos linguísticos que estabelecem, respectivamente, relação de finalidade e de contraposição.
- B) contraposição; o segundo período apresenta orações interligadas por elementos linguísticos que estabelecem, respectivamente, relação de finalidade e de adição.
- C) contraposição; o segundo período apresenta orações interligadas por elementos linguísticos que estabelecem, respectivamente, relação de condição e de adição.
- D) conclusão; o segundo período apresenta orações interligadas por elementos linguísticos que estabelecem, respectivamente, relação de condição e de contraposição.

07. Sobre o uso de sinais de pontuação, no trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas do português padrão escrito, é correto afirmar:

- A) a terceira vírgula do primeiro período assinala o final de uma intercalação de informação e poderia ser retirada sem prejuízo à estrutura sintática.
- B) a primeira e a segunda vírgulas do primeiro período assinalam uma intercalação de informação e poderiam ser retiradas sem prejuízo à estrutura sintática.
- C) a primeira e a segunda vírgulas do segundo período podem, sem prejuízo ao sentido da informação, ser substituídas por travessões.
- D) a segunda e a terceira vírgulas do segundo período podem, sem prejuízo ao sentido da informação, ser substituídas por travessões.

08. Leia o período abaixo.

Afinal, é relativamente fácil modificar dados, maquiá-los e utilizá-los para finalidades diversas.

Sobre os mecanismos de substituição empregados nesse período, é correto afirmar:

- A) o autor do texto optou pelo uso de dois pronomes oblíquos, ambos com o mesmo referente e com a mesma função sintática.
- B) o autor do texto optou pelo uso de dois pronomes oblíquos, ambos com o mesmo referente, mas com funções sintáticas diferentes.
- C) a expressão “maquiá-los” poderia, em conformidade com o padrão escrito do português, ser substituída por “maquiar os mesmos”.
- D) a expressão “utilizá-los” poderia, em conformidade com o padrão escrito do português, ser substituída por “utilizar os mesmos”.

09. Sobre a organização dos parágrafos, é correto afirmar:

- A) apenas o primeiro parágrafo apresenta ideia central implícita.
- B) apenas o segundo parágrafo apresenta ideia central implícita.
- C) a ideia em torno da qual estão desenvolvidos o primeiro e o segundo parágrafos está explícita no último período do terceiro parágrafo.
- D) a ideia em torno da qual estão desenvolvidos o primeiro e o segundo parágrafos está explícita no primeiro período do terceiro parágrafo.

10. Considere o período:

Hoje, com a *internet*, assistimos, quase que impotentes, à proliferação de notícias falsas e golpes de todo tipo.

O verbo desse período apresenta, nesse contexto linguístico,

- A) transitividade indireta, o que justifica a fusão entre um artigo e uma preposição, evidenciando a ocorrência do fenômeno da crase.
- B) transitividade direta, o que justifica a fusão entre um artigo e uma preposição, tornando opcional o uso do acento indicativo de crase.
- C) transitividade dupla, o que justifica a fusão entre um artigo e uma preposição, tornando opcional o uso do acento indicativo de crase.
- D) intransitividade, o que justifica a fusão entre um artigo e uma preposição, evidenciando a ocorrência do fenômeno da crase.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Três amigos (X, Y e Z) são candidatos em um concurso público. Considere que a probabilidade de X, Y e Z serem aprovados, no concurso, é, respectivamente, 60%, 40% e 20%. Considerando apenas os dados aqui apresentados, se após o resultado final do concurso, entre esses amigos, um deles for escolhido aleatoriamente, a probabilidade de ele não ter sido aprovado é igual a

- A) 1/5.
- B) 2/5.
- C) 3/5.
- D) 4/5.

12. João, José e Jair são atletas. Os esportes que praticam são futebol, vôlei e basquete, não respectivamente nessa ordem. Os times em que jogam são, não necessariamente na ordem, CRA, BRA e DRA. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- O jogador do time BRA é atleta do basquete;
- João não joga no time DRA e não joga basquete;
- Jair joga vôlei.

Dadas essas informações, quem joga basquete e quem joga no time DRA são, respectivamente,

- A) Jair e João.
- B) João e Jair.
- C) José e João.
- D) José e Jair.

13. Considere as afirmações a seguir.

- I. João é engenheiro e Maria é arquiteta.
- II. Se João é engenheiro, então Maria é arquiteta.

Se a afirmação I é falsa e a afirmação II é verdadeira, então, necessariamente, é verdade que

- A) João não é engenheiro.
- B) Maria não é arquiteta.
- C) João é engenheiro.
- D) Maria é arquiteta.

14. Todos os 70 funcionários da equipe de gestão de uma grande indústria possuem formação técnica ou graduação. Do total de funcionários, no mínimo, 40 são graduados e, no máximo, 15 têm formação técnica e graduação. Diante desses dados, se a indústria tem uma quantidade K de funcionários com formação técnica, então,

- A) $K < 45$.
- B) $K > 15$.
- C) $0 \leq K \leq 45$.
- D) $20 \leq K \leq 50$.

15. Um profissional compareceu, em uma segunda-feira, a uma escola técnica e realizou uma avaliação de certificação. Devido a procedimentos internos, a escola solicitou que ele retornasse em 52 dias corridos para receber seu diploma. Sendo respeitado o prazo estipulado pela escola, o dia da semana que o certificado ficará pronto será em uma
- A) terça-feira.
B) quarta-feira.
C) quinta-feira.
D) segunda-feira.
16. Ou X será 1, ou Y será 2, ou Z será 3. Se K for 4, então Z será 3. Se Y for 2, então K será 4. Ora, Z não será 3. Então,
- A) Y não será 2, e K será 4.
B) X será 1, e Y não será 2.
C) Y será 2, e Z não será 3.
D) X não será 1, e K não será 4.
17. Se “Nenhum CECO é COCO” e “Alguns CACO são COCO” são afirmações verdadeiras, então, obrigatoriamente, é verdadeiro que
- A) “Algum CACO é CECO”.
B) “Nenhum CACO é CECO”.
C) “Nenhum CECO é CACO”.
D) “Algum CACO não é CECO”.
18. Em um grupo de 11 profissionais, 8 são engenheiros e 3 são agrônomos. Esses profissionais serão organizados em comissões compostas por cinco pessoas. Cada uma dessas comissões deve ter, pelo menos, um agrônomo. Sendo assim, o número de comissões distintas que podem ser formadas é igual a
- A) 406.
B) 210.
C) 168.
D) 1680.
19. Dado o alfabeto oficial da Língua Portuguesa, observe a seguinte sequência lógica finita de termos distintos:

AZ261, YB225, CX243, ...

Considerando que cada letra do alfabeto só é utilizada uma vez e que cada termo da sequência é formado por duas letras e um número, o resultado da soma entre o número que compõe o termo central e o número que compõe o último termo é igual a

- A) 2034.
B) 1620.
C) 1422.
D) 1026.

20. Considere a proposição a seguir.

Se Samy não vai para o curso, Symas não é aprovado no concurso.

Sendo assim, é possível concluir que

- A) Samy não ir para o curso é condição necessária para Symas não ser aprovado no concurso.
- B) Samy não ir para o curso é condição suficiente para Symas ser aprovado no concurso.
- C) Samy ir para o curso é condição necessária para Symas ser aprovado no concurso.
- D) Samy ir para o curso é condição suficiente para Symas ser aprovado no concurso.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a Resolução N.º 218, de 29 de junho de 1973, para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio,
- A) a produção técnica e especializada é uma atividade comum a todos os profissionais correspondentes às diferentes modalidades da engenharia, arquitetura e agronomia em nível superior e em nível médio.
 - B) compete ao técnico de nível superior ou tecnólogo a supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; assistência, assessoria e consultoria; e direção de obra e serviço técnico.
 - C) o desempenho das atividades referentes a aeronaves, seus sistemas e seus componentes; máquinas, motores e equipamentos; instalações industriais e mecânicas relacionadas à modalidade; bem como operação, tráfego e serviços de comunicação de transporte aéreo são de competência do engenheiro agrimensor.
 - D) os profissionais não poderão desempenhar atividades além daquelas que lhes competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescentadas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade.
22. Sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/CREA, é correto afirmar:
- A) Deve ser registrada após a conclusão da atividade, de acordo com a fiscalização técnica e os dados do contrato escrito ou verbal.
 - B) As ARTs dos demais responsáveis técnicos serão vinculadas à ART original, caso a atividade técnica seja realizada em conjunto por mais de um profissional.
 - C) A baixa da ART exime o profissional ou a pessoa jurídica contratada das responsabilidades administrativa, civil ou penal, após o término da atividade técnica desenvolvida.
 - D) Deve-se fazer constar, quando o contrato para execução da obra para a prestação do serviço ou para o desempenho de cargo ou função for alterado, a mudança na ART original da obra ou serviço.
23. Com base nas disposições da Lei N.º 6.839, de 30 de outubro de 1980, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão
- A) exclusivos do Ministério do Trabalho, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
 - B) exclusivos para empresas que atuam na execução de obra ou prestação de serviços de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia.
 - C) obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
 - D) facultativos nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CREA/RN
EDITAL Nº 001/2024

24. De acordo com a Lei N.º 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências, estabelece que o exercício da
- A) atividade de Engenheiro e Arquiteto na especialização de Engenharia de Segurança do Trabalho é isento de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
 - B) profissão de Técnico de Segurança do Trabalho é permitido ao portador de certificado de conclusão de curso de Tecnólogo em Segurança do Trabalho, ministrado no Brasil, em estabelecimento de ensino superior.
 - C) especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente, ao Engenheiro ou Arquiteto, portador de registro de Supervisor de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho.
 - D) profissão de Técnico de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente, ao portador de certificado de conclusão de curso de Supervisor de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário pelo Ministério do Trabalho.
25. Conforme Resolução N.º 313, de 26 de setembro de 1986, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), os Tecnólogos
- A) não podem se responsabilizar, tecnicamente, por pessoa jurídica, ainda que o objetivo social desta seja compatível com suas atribuições.
 - B) não poderão exercer as suas respectivas profissões quando os diplomas ou certificados estiverem em fase de registro, ainda que possuam o registro provisório no Conselho Regional.
 - C) poderão executar obra e serviço técnico, fiscalizar obra e serviço técnico bem como produzir técnica especializada, sob supervisão e direção de Engenheiros, Arquitetos ou Engenheiros Agrônomos.
 - D) podem exercer, exclusivamente, o exercício da profissão de tecnólogo, caso possuam, devidamente registrado, diploma de nível superior expedido pela conclusão de curso reconhecido pelo Conselho Federal de Educação.
26. Conforme a Resolução N.º 359, de 31 de julho de 1991, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho, cabe aos Engenheiros e Arquitetos, na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho,
- A) determinar políticas, programas, normas e regulamentos de segurança do trabalho, zelando pela sua observância.
 - B) analisar riscos, acidentes e falhas, investigando causas, propondo medidas preventivas e corretivas e orientando trabalhos estatísticos, inclusive com respeito a custo.
 - C) fixar os requisitos de aptidão para o exercício de funções, apontando os riscos decorrentes desses exercícios, em face da gravidade das lesões provenientes de acidente de trabalho.
 - D) aprovar medidas preventivas no campo da segurança do trabalho, em face do conhecimento da natureza e gravidade das lesões provenientes do acidente de trabalho, incluídas as doenças do trabalho.
27. Com base na Lei N.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, criar as Câmaras Especializadas para atender às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente lei é atribuição
- A) do Conselho Regional do Distrito Federal, exclusivamente.
 - B) do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).
 - C) dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA).
 - D) das Inspetorias Especiais, nas cidades ou zonas onde se fizerem necessárias.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CREA/RN
EDITAL Nº 001/2024

- 28.** Considerando a necessidade de disciplinar a formulação de consultas ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), por parte dos CREAs, conforme estabelece a Resolução N.º 393, de 17 de março de 1995,
- A) os recursos de pessoas físicas e jurídicas devem ser julgados e finalizados nos Conselhos Regionais.
 - B) as empresas e os profissionais liberais podem enviar consultas diretamente ao Confea, a respeito da aplicação das Leis e Resoluções que regulam o exercício profissional.
 - C) as consultas, oriundas de empresas e profissionais, deverão ser previamente apreciadas pelo CONFEA, que empregará esforços para respondê-las e, só em último caso, as encaminhará ao Conselho Regional.
 - D) as dúvidas de pessoas físicas e jurídicas a que se refere o artigo 27 da Lei N.º 5.194/66 deverão ser encaminhadas ao Confea sempre que, em nível regional, houver controvérsia sobre o assunto questionado.
- 29.** De acordo com a Resolução N.º 417, de 27 de março de 1998, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos Artigos 59 e 60 da Lei N.º 5.194/66, considera-se como um dos segmentos da Indústria de Química a
- A) indústria de fabricação de produtos do fumo.
 - B) indústria de fabricação de artefatos de couro, pele e assemelhados.
 - C) indústria de destilação de álcool por processamento de cana-de-açúcar, mandioca, madeira e outros vegetais.
 - D) indústria de fabricação de produtos químicos derivados do processamento do petróleo de rochas oleígenas, do carvão mineral e do álcool.
- 30.** A respeito da Resolução N.º 473, de 26 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que institui a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, é correto afirmar:
- A) compete ao Confea a caracterização do perfil e título profissional, objetivando a inserção na Tabela de Títulos, complementando o contido no art. 10 da Lei N.º 5.194, de 1966.
 - B) o Confea deve efetuar, para fins de atualização da Tabela de Títulos, no que se refere à organização das profissões, inclusão e exclusão de títulos profissionais e/ou abreviaturas, uma revisão a cada dois anos.
 - C) o Confea definirá, além de atividades/atribuições de seus egressos, o respectivo título profissional e abreviatura, quando do registro de instituição de ensino ou da atualização deste em função de novos cursos.
 - D) compete ao Conselho Regional proceder a atualização da Tabela de Títulos por meio de nova edição, aprovada pela Comissão de Educação do Sistema (CES) e da Comissão de Organização do Sistema (COS), dando ciência ao Conselho Federal.
- 31.** A Resolução N.º 1.002, de 26 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, determina que
- A) é vedado, ante o ser humano e os seus valores, harmonizar os interesses pessoais aos coletivos.
 - B) é dever, ante à profissão, omitir ou ocultar fato de seu conhecimento que transgrida a ética profissional.
 - C) os direitos coletivos universais inerentes às profissões, suas modalidades e especializações são reconhecidos.
 - D) as modalidades e as especializações profissionais poderão estabelecer, em consonância com o Código de Ética Profissional, preceitos próprios de conduta atinentes às suas peculiaridades e especificidades.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CREA/RN
EDITAL Nº 001/2024

- 32.** Segundo a Resolução N.º 1.004, de 27 de junho de 2003, que aprova o Regulamento para a Condução do Processo Ético Disciplinar,
- A) o processo será arquivado, quando a denúncia não for acatada.
 - B) o procedimento de instrução do processo ético disciplinar caberá à Comissão de Ética Profissional e deve ser realizado no prazo máximo de dez dias, contados da data da sua instauração.
 - C) as denúncias deverão ser formuladas por escrito e apresentadas somente por associações ou entidades de classe, representativas da sociedade ou de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea.
 - D) o processo ético disciplinar poderá iniciar-se a partir de relatório apresentado pelo setor de fiscalização do Crea, após a análise da câmara especializada da modalidade do profissional, desde que seja verificado indício da veracidade dos fatos.
- 33.** De acordo com a Resolução Confea N.º 1.007, de 5 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro de profissionais bem como aprova os modelos e os critérios para a expedição de Carteira de Identidade Profissional,
- A) a interrupção do registro é facultada ao profissional registrado que não pretende exercer sua profissão, o qual ficará isento do pagamento da anuidade durante o período de interrupção do registro.
 - B) o profissional registrado que exercer atividade na jurisdição de outro Crea pode visar, facultativamente, o seu registro do Crea na jurisdição onde tenha endereço fixo ou local de atuação profissional.
 - C) o registro para habilitação ao exercício profissional é a inscrição dos profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, preferencialmente, em cursos de nível superior, realizados no Brasil.
 - D) o diplomado no Brasil, com registro de diploma em processamento no órgão competente do Sistema de Ensino, que não entregar o diploma ou não solicitar a prorrogação da validade do Cartão de Registro Provisório no prazo de seis meses terá seu registro interrompido pelo Crea por período indeterminado.
- 34.** No que diz respeito aos procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração no âmbito dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, conforme estabelece a Resolução N.º 1.008, de 09 de dezembro de 2004, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea),
- A) as denúncias anônimas não serão recebidas, ainda que contenham descrição detalhada dos fatos, elementos e provas circunstanciais que configurem infração à legislação profissional.
 - B) o autuado pode apresentar defesa, que não terá efeito suspensivo, relacionada à penalidade estabelecida no auto de infração, à câmara especializada, no prazo de cinco dias úteis, contados da data do recebimento do auto de infração.
 - C) um único pedido de reconsideração cabe à decisão proferida pelo Plenário do Confea, que terá efeito suspensivo e deverá ser efetuado pelo autuado no prazo máximo de trinta dias contados da data do recebimento da notificação.
 - D) a ação punitiva do Sistema Confea/Crea, no exercício do poder de polícia, em processos administrativos que objetivem apurar infração à legislação em vigor, contados da data de prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado, prescreve em cinco anos.

35. Segundo a Resolução N.º 1.094, de 31 de outubro de 2017, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), o Livro de Ordem
- A) será preferencialmente físico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
 - B) é facultativo para a emissão de Certidão de Acervo Técnico aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018.
 - C) é o ato processual que instaura o processo administrativo, expondo os fatos ilícitos atribuídos ao autuado e indicando a legislação infringida, e deve ser lavrado por agente fiscal, funcionário do Crea, designado para esse fim.
 - D) tem por objetivo confirmar, juntamente com a ART, a efetiva participação do profissional na execução dos trabalhos da obra ou serviço, de modo a permitir a verificação da medida dessa participação, inclusive para a expedição de CAT.
36. O método de gestão, originado dos princípios de gestão de qualidade total, que oferece uma abordagem iterativa e cíclica para a melhoria contínua de processos, produtos e serviços denomina-se
- A) Diagrama de Pareto 80/20.
 - B) Diagrama de Ishikawa ou Diagrama Espinha de Peixe.
 - C) PDCA (*Plan-Do-Check-Act* ou Planejar-Fazer-Checkar-Agir).
 - D) BPM (*Business Process Management* ou Gestão de Processos de Negócio).
37. O processo organizacional refere-se a uma sequência de atividades inter-relacionadas que uma organização realiza para atingir seus objetivos. Essas atividades, geralmente, são agrupadas em quatro funções principais:
- A) planejamento, organização, direção e controle.
 - B) legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.
 - C) objetividade, flexibilização, eficiência e responsabilidade.
 - D) formalidade, decomposição, generalização e flexibilização.
38. Planejamento estratégico é um processo gerencial que envolve a definição de metas, objetivos, ações e alocação de recursos para alcançar resultados desejados em um determinado período. Essa abordagem inclui
- A) o passo a passo de como realizar tarefas específicas, garantindo consistência nas operações diárias.
 - B) o aperfeiçoamento dos procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos administrativos.
 - C) a análise detalhada do ambiente externo e interno, a fim de identificar oportunidades e ameaças, bem como as forças e fraquezas da organização.
 - D) a definição das ações praticadas pelos agentes públicos, no exercício de suas funções, a fim de produzir efeitos jurídicos específicos, regulando as relações entre a Administração Pública e os particulares.

39. É fundamental que o(a) profissional esteja ciente das normas e regulamentações que regem as licitações públicas, tanto para garantir a legalidade e transparência no processo como para possibilitar a participação ativa em oportunidades de contratação na esfera pública. Quanto à Lei N.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), é correto afirmar que
- A) a nova lei extinguiu a tomada de preços, o convite e o RDC (Regime Diferenciado de Contratação) das modalidades de licitação, mantendo as demais.
 - B) as obras e os serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou na ampliação de infraestrutura logística, serão licitadas mediante RDC (Regime Diferenciado de Contratação).
 - C) o RDC (Regime Diferenciado de Contratação) passou a ser aplicável exclusivamente às licitações e aos contratos para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo.
 - D) o RDC (Regime Diferenciado de Contratação) somente será aplicável às licitações e aos contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino e de pesquisa, ciência e tecnologia.
40. Ao tratar da gestão e fiscalização das contratações, a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei N.º 14.133/2021) estabelece que
- A) os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato serão compartilhados entre o contratado e o contratante.
 - B) o contratado não poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento de bens, na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais.
 - C) o cronograma de execução será prorrogado, automaticamente, pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato.
 - D) a anotação, em registro próprio, pelo fiscal do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, é facultativa.

QUESTÕES DISCURSIVAS

INSTRUÇÕES

Seu texto deverá atender às seguintes normas:

- ser redigido apenas com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta;
- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Resposta da Questão;
- ser redigido em prosa.

ATENÇÃO

Será atribuída **NOTA ZERO** à questão em qualquer um dos seguintes casos:

- estiver em branco;
- redigido a lápis;
- letra ilegível;
- identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
- texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo; e
- texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos).

QUESTÃO DISCURSIVA 01

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte – CREA-RN — é uma entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais. Trata-se de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, e vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

Tendo como base o Regimento Interno do CREA-RN,

- A) discorra sobre quais atividades profissionais esse órgão fiscaliza, controla, orienta e dá aprimoramento do exercício ;
- B) indique quais os Órgãos Consultivos instituídos pelo Plenário e qual a finalidade de cada um desses órgãos.

RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA 01

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Considere a seguinte situação:

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação de uma empresa de engenharia a indenizar, ressarcir e pagar salários a um engenheiro por mantê-lo como responsável técnico, mesmo após a rescisão do contrato. O engenheiro foi dispensado, mas não foi dada a baixa de sua responsabilidade técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea). A alteração só foi providenciada após mais de 15 meses.

CONJUR. Funcionário Fantasma. Consultor Jurídico, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-fev-08/autor-demitido-mantido-responsaveldeve-indenizado/>.

Com base na Lei nº 5.194/1966, que regula as profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, discorra sobre:

- A) a autoria e a responsabilidade no descumprimento das normas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- B) as infrações cometidas;
- C) as penalidades que podem ser aplicadas, em virtude das infrações cometidas.

RASCUNHO – QUESTÃO DISCURSIVA 02

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	